

Ana Carolina da Silva Borges*

OS “RIBEIRINHOS” DO PANTANAL NORTE: POR UMA REFLEXÃO SOBRE PRÁTICAS RURAIS E OS CÓDIGOS LEGAIS (1870-1930)

Resumo: O objetivo deste artigo é discutir e analisar a relação estabelecida entre a sociedade e a natureza na extensa área alagável do Pantanal Norte, tendo um interesse maior pelos moradores da beira dos rios São Lourenço e Cuiabá, entre os anos de 1870 a 1930, chamados externamente de “ribeirinhos”. Adentraremos no universo pantaneiro que os “ribeirinhos” ajudaram a compor, percebendo suas lógicas e as práticas diárias no contexto das transformações ocorridas em Mato Grosso após o fim da Guerra com o Paraguai (1870) e a reabertura da navegação fluvial, tendo em vista o aumento das relações de troca e comércio locais com as embarcações fluviais, que permitiram a intensificação da exploração dos recursos naturais e a alteração na paisagem pantaneira.

Palavras-chave: “ribeirinhos”; cotidiano; Pantanal.

Abstract: The objective of this paper is to discuss and analyze the relationship between the society and the extensive nature in the wetland in the northern Pantanal, taking a greater interest by the residents along the Rivers São Lourenço and Cuiaba, between the years of 1870 to 1930, known for externally "ribeirinhos". Bogtrotter enters in the universe that the "ribeirinhos" helped to compose, realizing their logic and daily practices in the context of changes in Mato Grosso after the War with Paraguay (1870) and the reopening of river traffic, having in view the growth of the relations of exchange and trade places with the river boats, which led to the intensification in exploitation of natural resources and changed the landscape of the Pantanal.

Keywords: "ribeirinhos"; everyday; Pantanal.

Os “ribeirinhos” do Pantanal Norte: por uma reflexão sobre práticas rurais e os códigos legais (1870-1930)

O que observamos atualmente é que o Pantanal tem sido alvo de muitas pesquisas¹, na qual este ambiente é valorizado, sobretudo, pelos seus aspectos naturais -

* Mestre pela Universidade Federal de Mato Grosso; Professora Substituta da Universidade Federal de Mato Grosso - anaborgheshis@gmail.com

¹ Como exemplo, podemos mencionar os seguintes estudos: DA SILVA, C. J. & SILVA, J. A., “No ritmo das águas do Pantanal mato-grossense”. São Paulo: NUPAUB – Núcleo de Apoio a Pesquisa sobre Populações e Áreas Úmidas Brasileiras, 1995/GALETTI, da S. G., “Nos Confins da Civilização: sertão,

a diversidade da flora e da fauna e o funcionamento do ciclo das águas. No entanto, a relação dos homens e mulheres que habitavam e habitam a região tem sido sistematicamente silenciada em favor de uma visão idílica sobre meio natural.

Buscando contribuir para a compreensão sobre as populações pantaneiras, este artigo dará atenção a uma pequena parcela dos trabalhadores rurais da área alagável, localizada ao longo das margens dos rios São Lourenço e Cuiabá, entre os anos de 1870 à 1930, região esta atualmente conhecida como Pantanal Norte, se atentando principalmente para o estudo dos habitantes denominados de “ribeirinhos”.

Este grupo de trabalhadores agrícolas, segundo aponta a documentação e a bibliografia especializada, podem ser definidos como pequenos agricultores livres que possuíam relativa autonomia em relação às fazendas, aos engenhos e usinas. Os mesmos dedicavam-se à agricultura, como o plantio de milho, criavam animais domésticos e gado, além de praticarem a pesca e a caça; produziam para a sua vivência e também comercializavam seus produtos de diferentes formas de acordo com os diferentes contextos, do qual trataremos aqui o referente aos anos de 1870-1930².

A justificativa para tal recorte temporal se dá pelo simples fato de que em 1870 a região em questão passa por algumas transformações com o fim da Guerra do Paraguai e a reabertura da navegação fluvial, fazendo com que o comércio da Província se intensificasse. É a partir de então que o barco a vapor passa a ser cada vez mais utilizado, diminuindo o tempo das viagens que duravam em torno de três ou quatro meses para um mês, e a região é inserida no comércio internacional. Esses fatores contribuíram para a entrada de capitais estrangeiros em Mato Grosso e fez com que os proprietários do Pantanal tivessem maiores lucros e pudessem investir nas fazendas e usinas de produção de açúcar ali existentes, ao mesmo tempo em que as populações fixadas a beira dos rios puderam aumentar consideravelmente as trocas e vendas de produtos caseiros, de animais domésticos e principalmente silvestres, lenha, e de outros artefatos com as embarcações que ali paravam.

fronteira e identidade sobre as representações sobre Mato Grosso”. São Paulo, FFLCH/USP, 2000 (Tese de doutorado)./ CASTRO, M. I. & GALETTI, L. G., *Um Histórico dos Usos da Biodiversidade em Mato Grosso*. In: CASTRO, C. F. de A, “Diagnóstico do setor florestal em Mato Grosso”, Brasília: IBAMA/FUNATURA, 1994.

² Seria interessante reiterar que ao longo dos anos pesquisados a região estudada era composta por uma diversidade de paisagens (sítios, roças, fazendas de gado, usinas, engenhos de açúcar, colônias indígenas além da paisagem natural) e agentes sociais (negros, índios e brancos que formavam os fazendeiros, donos de usinas e engenhos, agregados, camaradas, índios e ainda os grupos rurais que trataremos que eram os pequenos agricultores rurais denominados de “ribeirinhos”). Cf: BORGES, A. C. da S. “Nas Margens da História: ruralidade e comunidades ‘ribeirinhas’ no Pantanal Norte (1870-1930)”. UFMT, Dissertação de Mestrado, 2008.

Como marco final de nosso recorte temporal, escolhemos o ano de 1930 por expressar mudanças na organização social, política e econômica no estado de Mato Grosso. A começar pelas construções das estradas de ferro (1914) e de rodagem que diminuía as viagens de um mês para quinze dias (CF: SILVA, 2002). Diante disso as rotas fluviais deixaram de ser a melhor opção para o escoamento da produção agropastoril e para a comercialização de mercadorias em geral. Com o golpe de Getúlio Vargas (1930), quando houve o combate ao *coronelismo* e a intensificação da política de integração nacional, ocorreu no Pantanal Norte uma gradativa queda da exploração dos recursos naturais (peles de animais silvestres, retirada de lenhas, produções caseiras entre outros). Esses fatos corroboraram para as modificações nas relações estabelecidas entre fazendeiros, usineiros e “ribeirinhos”, assim como as relações de poder locais³.

Contudo, destacamos que entre as modificações ocorridas no período pós-guerra com o Paraguai, investigaremos as relativas às atividades rurais dos “ribeirinhos” dos ambientes agrários do Pantanal Norte, dando atenção especial as continuidades e discontinuidades correlacionado com os códigos visíveis e invisíveis locais no que tange ao seu processo de espacialização. Estaremos interessados em refletir e discutir de que maneira o “tempo das usinas”, o “tempo das navegações fluviais”, o “tempo moderno” estabeleceu uma intercomunicação entre as lógicas internas dos moradores da beira dos rios navegáveis norte pantaneiros com o meio que lhes eram externos, ou seja, a moralidade e os valores que perpassavam a elite matogrossense do período em questão, assim como dos viajantes nacionais e estrangeiros, naturalistas ou não, que percorreram a região estudada e deixaram suas impressões sobre a área alagável.

Por uma natureza praticada

Apesar dos esforços de vários autores para a revisão das análises a respeito dos espaços rurais, muitas pesquisas sobre os mesmos ainda insistem na reprodução de uma visão idílica, infelizmente solidificada tanto na historiografia quanto em outras produções das ciências sociais. Nesses estudos, as comunidades rurais são entendidas como mantenedoras de um equilíbrio que permeava a relação entre seus moradores com o ambiente natural e que, isoladas dos processos históricos mais amplos, apenas

³ Obviamente essas transformações não ocorreram particularmente no ano de 1930, mas este ano surge como um marco significativo para a emergência de todas as mudanças supracitadas

reagem passivamente às condições externas, que impunham transformações em seu modo de vida.

Tentando romper com essas concepções, outras posições têm ganhado espaço perante as reflexões de estudos culturais, sociais, econômicos e políticos, influenciando cada vez mais as análises historiográficas que buscam contribuir para novas apreensões e formas de estudar os ambientes rurais.

O que pode ser notado, ao tratarmos da relação dos grupos sociais com a natureza, é que reside a preponderância de uma inquestionável complexidade, que muitas vezes escapa ao pesquisador. Essa complexidade se assenta, justamente, em um fator que não é tão simples quanto parece: a necessidade de se identificar no estudo de uma sociedade, os grupos sociais que a compõem em seu espaço e tempo e a relação que estabelece com o ambiente que está à sua volta. Isso porque essa relação muda no decorrer dos anos, dependendo do ambiente físico em que se encontra e dos valores proeminentes na sociedade especialmente entre os segmentos rurais ali presentes.

Entre os vários autores consagrados podemos citar Godelier que, ao discutir a relação entre grupos sociais e o seu meio, ainda acrescenta:

Um elemento importante na relação entre populações tradicionais e a natureza é a noção de “território” que pode ser definido como uma porção da natureza e espaço sobre o qual uma sociedade determinada reivindica e garante a todos, ou a uma parte de seus membros, direitos estáveis de acesso, controle ou uso sobre a totalidade ou a parte dos recursos naturais aí existentes que ela deseja ou é capaz de utilizar (GODELIER, 1986, p. 367).

No trecho supracitado, o autor enfatiza a importância do conceito de “território” para a compreensão das relações estabelecidas entre populações tradicionais e a natureza. Nesse sentido, sobre o “território” são inscritas ações e relações sociais. Ambiente em que grupos convivem, trocam experiências, moram e dividem espaços uns com outros, o “território” é uma natureza praticada. Isto é, Godelier consegue articular o conceito de “natureza” com a de “território”, de tal modo que um não se encontra dissociado do outra. Nesse ponto, é interessante perceber que a natureza serve como uma espécie de vetor das relações sociais entre os indivíduos tornando significativa para a sociedade, e principalmente para os grupos rurais que dela fazem parte, porque o que se procura acima de tudo é sua utilização, gerando competição, conflitos, lutas entre diferentes segmentos que têm algum interesse sobre ela.

Os grupos sociais, rurais ou não, estão o tempo todo construindo um conjunto de mecanismos, que possam garantir o controle e o acesso sobre a terra e a seus recursos naturais. Nesse sentido, a concorrência travada entre os segmentos que têm algum interesse sobre um território, ou parte dele, se reduz a ações que visam inúmeras possibilidades, em maior ou menor grau, de exploração ambiental, ou seja, de posse sobre os recursos naturais.

O conceito de “território” formulado por Godelier nos permite vislumbrar não apenas as relações de poder entre os grupos sociais, mas também refletir sobre o quanto a natureza tão disputada pode ser marcada pelas atividades cotidianas de seus integrantes. O autor nos fornece subsídios para que possamos romper com a concepção ingênua de que há uma ligação “harmoniosa” do ambiente natural e seus moradores, ao mesmo tempo em que torna viável acrescentar que estes modificam a paisagem, ao “especializarem”⁴ suas práticas sociais.

No entanto, gostaríamos de enfatizar que, no que diz respeito à natureza, não pretendemos reproduzir a percepção de que ela seja imóvel e inerte diante das práticas sociais, tendo em vista que o ambiente, de um modo geral, não possui um caráter de dependência em relação ao homem e à sociedade. Sobre a relação estabelecida entre os grupos e o seu meio, algumas considerações fundamentais são essenciais para sua plena compreensão. Como bem observa Marcelo Rede, sobre esta questão:

A complexidade reside no fato que esta relação não se constrói entre um ator ativo e um quadro físico passivo, dado previamente. Ao contrário, trata-se da relação construída culturalmente. Deste ponto de vista, a natureza não existe como um conjunto de traços prévios à sociedade. É a sociedade que apropriando-se *da* natureza, acaba por modelar *uma* natureza, historicamente delimitada no espaço e tempo. Isto equivale a dizer que não existe um modelo universal ou trans-histórico (REDE, 2007, p. 72).

Dessa forma, por se tratar de uma “relação construída culturalmente”, a ela devem ser agregados valores, idéias e pensamentos distintos que, diante da diversidade apresentada em cada sociedade em seu tempo e espaço específicos, fogem dos modelos estruturalistas. Ao analisar um ambiente rural devemos, portanto, ter cuidado com a

⁴ Nesse sentido, utilizamos o termo “especialidade”, pois entendemos que a área em estudo é o somatório de atitudes humanas, com suas vivências e atividades cotidianas, uma vez que o espaço é composto por práticas que se realizam por meio de operações que orientam, circunstanciam e temporalizam os lugares, como bem salienta Michel de Certeau. Efeito produzido em seu pleno funcionamento através de uma unidade de poli-valência inscrita em programas conflituais (CERTEAU, 1994, p. 202). De acordo com este autor, o espaço não se limita ao ambiente físico, geográfico e natural; ele vai muito além, pois é permeado, especialmente, por um conjunto de ações e experiências realizadas em seu cotidiano, do qual vale ressaltar muitos elementos que escapam à nossa compreensão (CERTEAU, 1994, p. 202)

diversidade ambiental. Assim, os interesses, códigos e valores que atravessam os grupos envolvidos e permeiam suas relações e práticas diárias, precisam ser “lidos” com maior atenção.

Nossa intenção, neste artigo ao estudar os “ribeirinhos” será a de adentrarmos nos seus costumes e tradições, com a atenção voltada, sobretudo, para a relação que estabeleciam com o ambiente que os cercava. Para tanto, utilizaremos das reflexões de E. P. Thompson, que, através de algumas de suas ressalvas e conceitos, contribui substancialmente para que possamos compreender o *modus vivendi* deste grupo agrário que ajudou a compor o ambiente úmido do Pantanal Norte do Brasil.

Iniciamos nossa análise discutindo a noção de “costume”, tão presente nas pesquisas sobre as denominadas “classes subalternas”. Sobre isso, Thompson define o termo não “como posterior a algo, mas como *sui generis*: ambiência, *mentalité*, um vocabulário completo de discursos, legitimação e expectativa.” (THOMPSON, 1998, p. 14). O conceito de costume trabalhado por este autor está relacionado aos valores locais (*lexi loci*) que codificados pelos grupos sociais ali inscritos se apresentam enquanto uma força de lei, portanto, são valores de determinados lugares que ao serem utilizados remetem a regras e precedentes.

Na Inglaterra setecentista analisada por Thompson, o costume estava ligado ao *direito consuetudinário* (leis escritas baseadas em códigos costumeiros) onde não existia uma oposição entre valores orais e escritos, porque não havia antagonismos, separação entre esses valores, mas sim um entrecruzamento, uma articulação. Como destaca o autor, “o costume constituía a retórica de legitimação de quase todo o uso, prática ou direito reclamado.” (THOMPSON, 1998, p. 16). Com isso, o costume estava no campo tanto do visível quanto do não visível, ou seja, o costume, codificado e não codificado estava em fluxo contínuo, definindo o que Thompson entende por “direitos costumeiros”.

Essas reflexões do historiador são significativas, na medida em que, ao tratarmos dos “ribeirinhos” do Pantanal Norte, percebemos que havia entre eles uma forma peculiar de viver, traduzidas em práticas, valores e regras que se apresentavam com um caráter local. As atividades diárias, a divisão espacial, as relações estabelecidas entre si e o ambiente apenas podem ser apreendidas através das lógicas singulares que atravessavam o universo simbólico daqueles pequenos agricultores livres. Porém, fica evidente que esse grupo estava longe de se configurar como uma contradição ou antagonismo perante a sociedade mato-grossense, pois encontrava inúmeros

mecanismos que os ajudava a se ajustar às regras estruturadas na província da qual faziam parte, no período privilegiado neste estudo.

Entre a violência e a solidariedade: considerações sobre os valores locais

Para entendermos o ambiente pantaneiro é necessário dirigir nossa atenção às lógicas que configuravam as formas de acesso, uso e controle da terra entre os “ribeirinhos”.

Começamos pelas pastagens, cujo acesso estava atrelado à lógica econômica local. O gado, para os pantaneiros de uma forma geral, não era sinônimo de prestígio, mas, sim, sua quantidade. Era um animal que fazia parte da “cultura rural” da região, presente tanto nas grandes quanto nas pequenas propriedades⁵. Porém, o que devemos frisar é que a posse de um número expressivo desses animais distinguia socialmente os grupos, revelando a posição financeira de seu dono e as relações comerciais que desenvolviam com os outros segmentos.

Nessa medida, fica evidente que agregados⁶, camaradas⁷ e “ribeirinhos” eram trabalhadores rurais que também criavam gado bovino. No entanto, essa atividade adquiria sentido e importância bem diversa dos que eram desenvolvidos, por exemplo, entre os fazendeiros, cuja prática era tida como principal atividade econômica em sua propriedade, fonte lucrativa de suas relações comerciais, sobretudo nos últimos anos do século XIX. Diferentemente do que ocorria nas pequenas propriedades e sítios pantaneiros, onde a criação de “reses” se misturava com outras práticas diárias.

⁵ Sem o gado, algumas atividades agrárias ficariam inviabilizadas, tais como a roça em que era bastante comum o uso do carro de boi, sendo este também utilizado para o deslocamento nas proximidades (abarcando aqui a relação entre a vizinhança) ou em territórios mais longínquos quando se fazia necessário, por exemplo, a migração familiar interna. A presença do gado ainda poderia ser estendida enquanto utilidade no que diz respeito ao consumo do leite e da carne, servindo como suprimento alimentar. Nesse sentido, a criação deste animal, mesmo que em pequena quantidade não poderia ser desenvolvida sem a presença do cavalo, fundamental para o processo de migração anual reses.

⁶ Os agregados eram aqueles grupos de trabalhadores que normalmente residiam em um pedaço de terra cedido pelo patrão, onde podiam morar, estes vivendo com suas famílias, possuíam uma relação de maior proximidade com o fazendeiro, com acesso contínuo à sua residência e liberdade para desenvolver algumas atividades autônomas, como a agricultura e a criação de animais, garantindo, desse modo, a continuidade de sua reprodução social nas fazendas. CORRÊA FILHO, 1946, p. 122/ LUCÍDIO, 1991, p. 62.

⁷ Os camaradas podem ser caracterizados como os trabalhadores que com a ‘extinção’ da escravidão compunham um dos grupos sociais mais desfavorecidos nas relações de trabalho no campo, ocupando um lugar muito próximo ao do trabalho compulsório. Algumas vezes denominados também de “peões”, este grupo de trabalhadores rurais realizava trabalhos temporários nas fazendas, usinas e engenhos e estabeleciam uma relação diferenciada da que era conferida aos agregados, tendo em vista que era reduzido o compromisso com os laços de fidelidade com o seu patrão. Aliás, a própria qualificação de “peão” nos possibilita perceber certa dimensão da relação destes com as fazendas, que empregava uma mão-de-obra, sobretudo para a lida com o gado. (CORRÊA FILHO, 1946, p. 122)

Carolina Joana da Silva e Joana A. Fernandes Silva (DA SILVA, C. J., & SILVA, J. A., 1994, p. 74-85), ao estudar a região de Mimoso, que passou por modificações na década de 1970, ressaltam que a criação de gado, galinhas, porcos e mesmo a lavoura eram compartilhadas e transmitidas entre gerações que se sucediam, como forma dos moradores compartilhar e, simultaneamente, deixar para seus filhos o que possuíam (DA SILVA, C. J., & SILVA, J. A., 1994, p. 69-72). Apesar da pesquisa das autoras ter um recorte temporal bem distinto do nosso, a obra pode nos oferecer alguns sinais de práticas que eram secularmente desenvolvidas, tendo em vista que entre a metodologia e a documentação utilizadas estavam a etnografia, incluindo a realização de entrevistas tomadas principalmente aos moradores mais velhos, que inúmeras vezes recorriam ao “tempo das usinas” para falar de práticas adotadas há décadas na região (DA SILVA, C. J., & SILVA, J. A., 1994, p. 69-70).

Além da partilha de animais entre os descendentes familiares, outra atividade desenvolvida no Pantanal era o “pasto comum” que estava atrelado a fortes relações de uso comum da terra, exprimindo um caráter da ocupação local.

Marcado por ligações de “solidariedade”, em que os moradores e seus vizinhos criavam o gado solto nos campos, o “pasto comum”, localizado nas pequenas propriedades dos “ribeirinhos”, podia também servir de pastagem para os animais de agregados e camaradas daquelas proximidades, desde que seus donos dessem a devida permissão para que eles pastassem com os dos vizinhos e parentes.

No entanto, façamos algumas ressalvas sobre os elementos integradores do sistema social dos grupos rurais. É preciso observar que os “pastos comuns” se desenvolviam na região de diversas formas, e, em alguns casos, em paralelo a outros tipos de ocupação, que não se enquadravam nas prescritas pelo capitalismo avançado – estamos nos referimos às fazendas e sítios. Entre os “ribeirinhos”, os “pastos comuns” estavam diretamente ligados à fisionomia local e à sua condição social, já que uma mesma porção de terra era compartilhada entre os moradores nos períodos de cheia, quando o gado se deslocava para as áreas mais altas, tendo em vista que os campos, localizados nas terras mais baixas, ficavam submersos. Isto é, se constituía em uma organização interna de espaços que se adaptavam ao ambiente físico, ao mesmo tempo que servia de mecanismo que assegurava aos trabalhadores financeiramente menos favorecido a perpetuação de suas práticas.

Porém, outro tipo de pasto comunitário se desenvolveu nesses territórios alagáveis, nos chamados “condomínios” CORRÊA FILHO, V., 1946, p. 128-9)⁸, que se diferenciavam daquele outro por serem áreas oriundas de sesmarias, que, em muitos casos, apresentavam um caráter latifundiário e que eram passíveis de diminuir de tamanho, em consequência de divisões feitas entre os seus herdeiros. Nos condomínios, o “pasto comum” dava o direito de acesso à terra somente aos integrantes da família, ou seja, tinha uma lógica voltada para os laços consanguíneos, sendo as áreas ocupadas por familiares maiores que as dos trabalhadores rurais autônomos e minifundiários, assim como o tamanho do rebanho bovino.

Além dos tipos de pastos citados, existia outro, o pasto comunitário, voltado para as grandes fazendas de gado. Nessas áreas, os donos deixavam os trabalhadores rurais da região pastar suas “reses”, em determinadas épocas do ano, como uma estratégia, pois essa prática favorecia o estabelecimento de “laços de confiança”, assegurando certa dependência e, principalmente, porque ressaltava seu poder local frente à vizinhança. Os

⁸ Para melhor entender os diversos ambientes e agentes sociais que formaram o espaço pantaneiro, utilizaremos diversas citações de Virgílio Corrêa Filho, uma vez que este estudioso desenvolveu importantes trabalhos relativos ao ambiente pantaneiro, tanto aqueles referentes aos aspectos geográficos quanto aos históricos. Contudo, apesar de sua grande contribuição para a história social e cultural de Mato Grosso, não podemos deixar de fazer algumas considerações sobre a maneira como este pesquisador construiu sua perspectiva sobre a história da região. Sem deixarmos de apontar, desde já, sua preocupação em identificar os sinais de “progresso” e “civilização” no “desenvolvimento histórico” do estado. De fato, não é difícil perceber em Corrêa Filho o empenho para demonstrar as transformações que estavam levando Mato Grosso a trilhar “os caminhos do progresso”, destacando a chegada e o papel que aí passaram a desempenhar as ferrovias, os aviões, entre outros. Portanto, assim como os relatos de viagem, mais do que referência bibliográfica o trabalho de Corrêa Filho é também considerado referência documental. Em suas obras, os costumes e as formas de acesso à terra são vistos de modo negativo para o desenvolvimento regional. A sociedade rural para este autor deveria girar em torno das fazendas de gado, e os exemplos que utiliza para tratar o tema são os daquelas propriedades que mais “evoluíram” ao longo do tempo e passaram a cultivar pastos exógenos e terem seus limites cercados. Por outro lado, as propriedades que não adotaram as formas “modernas” de organização eram tidas como degradadas em relação à propriedade original, inseridas num processo de “involução”. Para explicitarmos nossas observações, o exemplo dado por Corrêa Filho é esclarecedor: “O exemplo por ventura mais típico de tal processo de subdivisão virtual da propriedade, sem alteração nas linhas divisórias, proporciona a do capitão Antonio José da Silva, que se julgava possuidor do pontal entre o Cuiabá e São Lourenço, até frontear, o Uacurutuba, além de outras glebas. Montou sede em Santo-Antonio-da Barra, onde o sobrado em meio dos sertões brutos, avultava como símbolo de poderio. Não obstante abranger, pela declaração levada em registro, área excedente de trezentos mil hectares, a fazenda começou a diminuir pela cessão a outros interessados dos lotes mais distantes. Encolheu-se a limites mais modestos, após o desaparecimento do desbravador, cuja colaboração na abertura do caminho do Piquiri em 1837, o presidente Pimenta Bueno sobremaneira enalteceu. A criação em comum, cuja manutenção dependia aliás, das pastagens proporcionadas pelos pantanais vizinhos, assinalou o condomínio, que outrora disporia de terras sobejantes para a partilha entre os herdeiros” (CORRÊA FILHO, 1946, p. 128-129) A criação “em comum” e a formação dos “condomínios”, que são pastagens utilizadas por diferentes sujeitos que estão envolvidos em relações de parentesco e/ou de vizinhança⁸, são vistas de forma pejorativa por esse autor. A idéia de “involução” fica clara quando aponta, por um lado, os méritos do desbravador e, por outro, a subdivisão das terras entre os herdeiros.

fazendeiros estabeleciam uma relação de troca, em que sua força se apresentava como proeminente.

Contudo, ainda que este último tipo de pasto seja importante, vamos nos deter principalmente nos dois primeiros, de “campos comuns”: o pasto comum era típico dos trabalhadores rurais autônomos, contratados ou empregados pelos “senhores” locais que evocavam a ajuda mútua entre vizinhos e parentes, de modo a viabilizarem a perpetuação de seu *modus operandi*; e os condomínios ligados aos grupos que, em uma posição financeira mais favorável, recorriam aos vínculos familiares para não perder sua posição e controle territorial⁹. Sobre os comportamentos e vivências partilhadas em comum, Godelier afirma que:

[...] a existência de direitos comunitários sobre o solo, muito longe de significar uma restrição e um impedimento ao uso do solo pelos indivíduos, oferece ao contrário, a todos os *indivíduos* uma *garantia de acesso* a esse recurso fundamental, e mais ainda, garante a gerações futura a herança desse recurso. (GODELIER, 1981, p. 43)

Citar Godelier a respeito dessas questões remete a implicações que necessitam ser explicitadas, tendo em vista que esse antropólogo pretende responder a questões bem distintas das que estamos formulando. Porém, o autor tem algumas preocupações que se aproximam da nossa reflexão, como as que envolvem os embates a respeito dos “campos comuns”.

Concordamos com a perspectiva desse autor de que os direitos compartilhados comunitariamente sobre uma área, ou parte dela, correspondam a uma forma de assegurar a reprodução de práticas rurais entre as gerações que se sucediam, porém, esses direitos comunitários também perpassavam por outras configurações. Trata-se de relações que estabeleceram regras, disputas de forças entre os grupos rurais, que se manifestavam de maneira explícita ou implícita. Elas eram seletivas, diante dos moradores que poderiam ou não usufruir “comunitariamente” dos recursos dessas áreas e, principalmente, apontavam as estratégias estabelecidas localmente, as quais

⁹ Não confundamos os “campos abertos” com os “campos comuns”. Os “campos abertos”, enquanto denominação local tinha lógicas voltadas para a fisionomia da região e estavam diretamente ligados com os “pantanais”, eram extensas faixas de terras desocupadas, podendo ser usufruídas por qualquer indivíduo que morassem ou não, naquelas proximidades. Era “terra de ninguém”, porque nenhuma pessoa tinha interesse sobre ela. Os “pantanais”, assim conhecidas localmente, eram terrenos baixos e planos ausentes de conflito sobre a posse de terra porque não agregava consigo nenhum tipo de significado positivo de cunho econômico, pelo contrário, eram vistas e praticadas como terrenos desvalorizados e de pouca utilidade, tendo em vista que não eram férteis, passavam parte do ano coberto por água, e principalmente, como já foi dito antes, a terra no Pantanal Norte não era atribuída como principal fonte econômica, mas sim a grande quantidade de gado pertencente a determinados moradores

implicavam em conflitos internos e externos, que são componentes complexos, mas presentes em qualquer ambiente agrário.

Entre os vários historiadores que se interessaram investigar como se davam as relações sociais em ambientes rurais, destacamos o trabalho de Giovanni Levi. Sobre a sociedade camponesa do Antigo Regime, o autor salienta que:

O discurso sobre a estratificação social não pode, portanto, ficar limitado às dimensões das propriedades e nos conduz as estratégias complexas sobre os quais funcionavam mecanismos fatais, que filtravam o sucesso e o insucesso, a sobrevivência e o desaparecimento. Como em qualquer sociedade, a definição ambígua das instituições nos leva à análise de seu funcionamento real e ao exame concreto dos seus comportamentos. Do lado oposto, a rede formal das relações de consangüinidade ou de aliança tinha um papel igualmente importante na complexa estratégia das escolhas, das inclusões e das integrações que tornavam o organismo familiar mais elástico (LEVI, 2000, p. 96).

Trabalhando principalmente com as relações familiares, a elasticidade mencionada pelo autor se refere às transformações que não se caracterizam como rupturas intensas ocorridas nas comunidades rurais. O que ele pretende salientar são as modificações mais lentas, porém significativas, dentro das comunidades camponesas, ou mesmo das massas populares urbanas (LEVI, 2000, p. 43).

Giovanni Levi busca romper com a idéia de que as forças externas impunham, à “sociedade camponesa” modificações intensas em suas práticas e relações sociais, pois:

[...] a opinião corrente era a de que este mundo era imóvel, defensivo, conservador, fragmentado pela força de relações totalmente externas, e incapazes de, por si só, engendrarem iniciativas autônomas e, portanto, dedicado tão somente ao esforço para se adaptar e recompor continuamente uma racionalidade própria, que se tornava progressivamente anacrônica e falha (LEVI, 2000, p. 43).

Este historiador da economia aponta que, se por um lado muitas “sociedades camponesas” sofreram modificações decorrentes de fatores externos que atingiram seus comportamentos diários, por outro, o contrário também ocorreu, ou seja, esses grupos rurais mudaram, até certo ponto, a face à sociedade externa dominante, não enquanto uma forma de reação ou resistência, mas, sim, como um caráter estratégico¹⁰, que estava

¹⁰ Vale enfatizar que o conceito de estratégia utilizado por Giovanni Levi tem outra conotação distinta daquela que foi desenvolvido por Certeau em *A invenção do Cotidiano* (CERTÉAU, 2002). De acordo com Levi, “A hipótese da qual partimos é, portanto, a da assunção de uma racionalidade específica do mundo camponês, porém, não em termos de uma realidade cultural inconsciente da existência de uma sociedade complexa destinada a sufocá-la progressivamente. Esta racionalidade pode ser bem descrita se

ligado diretamente à reprodução de suas práticas e lógicas compartilhadas comunitariamente. Portanto, era uma relação mútua de modificações mútuas, do interno com o externo, um transformava o outro em uma correlação contínua, de acordo com os valores das sociedades e grupos envolvidos. É nesse ponto que Thompson sofreu algumas críticas desse autor, em relação ao conceito de “economia moral”.

De acordo com Giovanni Levi, “as estruturas familiares, as regras comunitárias, o mundo político, as estratégias econômicas e os comportamentos demográficos também sofreram mudanças que nos parece de enorme importância durante um longo período.” (LEVI, 2000, p. 43). Para apontar isso, este historiador se utiliza da micro-história, o que não é o nosso caso.

O que pretendemos debater a respeito desta questão, é que no Pantanal as espacializações locais tiveram transformações cotidianas que refletiram em sua organização e relações sociais internas e que, portanto, os grupos agrários não se apresentavam como inertes e imóveis em relações às estruturas externas. Estes dois tipos de “campos comuns”, sofreram mudanças, de modo a garantir, até certo ponto, a reprodução daquela ruralidade dentro da racionalidade tradicional.

Assim, a atualização das práticas diárias, tão discutida por Bourdieu em seu conceito de *habitus* (BOURDIEU, 1995, p. 47-81)¹¹, nos permite apreender o quanto as “estruturas estruturadas”, com seus preceitos, valores, regras e padrões proeminentes, ao serem interiorizadas, racionalizadas e exteriorizadas, possibilitava a cada indivíduo modificar práticas e lógicas, sem a necessidade de rupturas bruscas e repentinas no seu

admitirmos que ela se expressava não através de resistência à nova sociedade que se expandia, mas fosse também empregada na obra de transformação e utilização do mundo social e natural. É neste sentido que usei a palavra estratégia”, (LEVI, 2000, p. 45)

¹¹ Este sociólogo fazendo algumas observações a respeito das pesquisas estruturalistas indicou que as mesmas acabam desenvolvendo modelos teóricos mecanicistas para a interpretação das práticas. Para ele, recair sobre as estruturas estruturadas, isso é, a estrutura e não o engendramento dessas estruturas leva a percepção das práticas como simples execução de modelo, o que Bourdieu indicou foi que a teoria da ação deve levar em consideração as estruturas estruturantes, ou seja, “a interiorização do exterior e a exteriorização do interior”. Este processo caracteriza o engendramento das práticas, possibilita algumas atualizações e anula o caráter secular e estático das estruturas diante das experiências individuais e coletivas. Bourdieu propõe “ir do *opus operatum* ao *modus operandi*”. Para isso ele construiu o conceito de *habitus*, fundamental para a compreensão das práticas: “As estruturas constitutivas de um tipo particular de meio (as condições materiais de existência características de uma condição de classe), que podem ser apreendidas a um meio socialmente estruturado, produzem o *habitus*, sistemas de disposições duráveis, estruturas estruturadas predispostas a funcionar como estruturas estruturantes, isto é, como princípio gerador e estruturador das práticas e das representações que podem ser objetivamente “reguladas” e “regulares” sem ser o produto de obediência a regras, objetivamente, adaptadas a seu fim sem supor a intenção do inconsciente dos fins e o domínio expresso das operações necessárias para atingi-los e coletivamente orquestradas, sem ser o produto da ação organizadora de um regente”. Sendo assim, Uma das principais contribuições da teoria da ação, e da noção de *habitus*, é o rompimento com o condicionamento do sujeito em relação às estruturas, como se não houvesse possibilidade de transformações e alterações através das práticas cotidianas. (BOURDIEU, 1995, p. 60-61)

modo de vida. Nesse sentido, Giovanni Levi aponta para as práticas sociais que operam os “desvios”¹² de conduta, ou seja, atitudes que expressam formas de viver que escapam daquelas que predominam enquanto “ideais” ou “corretas”, estabelecida pelos grupos letrados e hegemônicos.

No Pantanal Norte, os “campos comuns” originários de uma ocupação oficial – a sesmaria –, ou aqueles ligados a uma fixação espacial institucionalizada ou não, estavam relacionados aos interesses da sociedade, durante todo o seu processo de formação, desde o século XVIII, que era a conquista territorial por parte da Coroa portuguesa. Porém, estes espaços agrários e seus grupos sociais compuseram aquele ambiente pantaneiro de acordo com valores e lógicas próprias, que fugiam ao modelo dominante de propriedade. Longe de representar ambientes fechados e estáticos, seus moradores construíram uma racionalidade singular que servia para orientar práticas e vivências diárias e que, simultaneamente, os permitiam atualizá-las frente às questões e valores externos. Não foi por acaso que surgiram na região os condomínios, espaços rurais que, respeitando as regras locais, viabilizavam a perpetuação de suas práticas sociais.

É interessante anotar que, diante das discussões citadas até agora sobre as relações sociais dos “ribeirinhos” e a perpetuação das atividades agrárias, havia uma mistura de “solidariedade” e conflito diário, que perpassava pela vivência comunitária.

Nesses “pastos comuns” fazia-se necessária a identificação do gado – cada uma das “reses” precisava ser marcada, de modo que seus donos tivessem total controle da quantidade e da procriação dos animais. A este respeito, Corrêa Filho elucidava como se dava o processo de marcação de bois:

A marcação das crias novas, com o sinal nas orelhas, por meio de cortes padronizados, a *ferra*, que lhes deixava gravado a fogo, na anca direita, o símbolo da fazenda, a castração dos marruás, já impróprio para a função reprodutora, e dos tourinhos destinados a engorda, constituíam quase o trabalho exclusivo dos vaqueiros que, para tanto, passavam dias e noites, não raro, dormindo ao léu, para *cortar a batida* de demandas ariscas, em campeiros aguçadores dos seus sentidos. Os campos abertos, a despeito da escassa densidade bovina, raramente evitavam a mistura do gado das fazendas confinantes, cujos proprietários se associavam, por vezes, nos trabalhos dos rodeios comuns. (CORRÊA FILHO, V., *op. cit.*, p. 112)

¹² Este conceito provém de Certeau em sua obra: “A escrita da História”, sendo também utilizado por Giovanni Levi. 2º ed. Rio de Janeiro: Forense, Universitária, 2002

Referindo-se às marcações do gado realizadas nas grandes propriedades, Corrêa Filho oferece, detalhes sobre uma prática corriqueira na área alagável. Supostamente, as marcações de bois nas pequenas propriedades não eram tão sofisticadas, mas o que esse autor nos revela de mais significativo é um comportamento, que nos fornece “ferramentas” para rompermos com a idéia de que a troca de experiência diária incluía exclusivamente “laços de solidariedade”, mas também sinais de desconfiança e suspeita de vizinhos ou parentes que, por mais que desenvolvessem uma vida compartilhada, em comum, recorriam também à prevenção de possíveis roubos, tendo em vista que parte de seus animais eram criados juntos.

Sobre as tensões e conflitos nos ambientes rurais, Maria Sylvia Carvalho Franco afirma que:

A caracterização sociológica da relação comunitária se baseia na existência de um consenso, da recíproca determinação das vontades e da inclinação, em um mesmo sentido, das pessoas que dela participam. A assertiva fundamental dessa conceituação é que ‘a comunidade é, normalmente por seu sentido, a contraposição radical de luta’. A análise de situações desse tipo, no contexto social aqui considerado, põe em evidência, vinculadas a essas conexões gerais que têm sido acentuadas teoricamente, outros componentes cujo sentido é de ruptura e tensão. Esses elementos aí aparecem não como fenômenos irrelevantes de oposição, verificáveis nas situações concretas de existência, mas como *constitutivos* da relação comunitária. Desse ângulo vê-se que, mas como acentuação conceptual acima deferida, luta parece com ingente na relação comunitária (FRANCO, 1997, p. 24).

O que a socióloga quer destacar é que, além da reciprocidade presente nas relações diárias de comunidades rurais, há outro elemento que também a integra: a violência. As características violentas aparecem “associadas a circunstâncias banais, imersas na corrente do cotidiano” (FRANCO, 1997, p. 24) e que, devido a alguma situação que interrompe as relações de contraprestação, irrompem em práticas que recorrem à força, hostilidade e violência, enquanto forma de ajuste para reorganizar situações de tensão.

Assim, de acordo com a autora, momentos de ruptura nas relações sociais, como a agressão, apareciam diariamente em situações em que a ligação “solidária” se quebrava. Maria Sylvia enfatiza que a violência, que permeava as localidades rurais por ela estudadas, se repetia:

[...] como regularidade nos setores fundamentais da relação comunitária: nos fenômenos que derivam da “proximidade espacial” (vizinhança), nos que caracterizam uma “vida apoiada em condições comum” (cooperação) e naqueles que exprimem o “ser comum” (parentesco). (FRANCO, 1997, p. 26-7)

Nesses termos, deixa claro que havia outros componentes de integração, que iam muito além da discussão voltada exclusivamente para os fortes “laços de solidariedade”, apontando que internamente a “tranquilidade” e a reciprocidade nos ambientes rurais muitas vezes podia conviver com a violência que estava presente em “toda a organização social, surgindo nos setores menos regulamentados da vida, como as relações lúdicas, e projetando-se até a codificação dos valores fundamentais da cultura.” (FRANCO, 1997, p. 27)

É inquestionável que esta autora tece reflexões significativas sobre as relações sociais rurais, porém é preciso fazer algumas ressalvas. Utilizando apenas os processos-crime como documento para a identificação de conflitos internos, a historiadora acaba se prendendo às questões que apontam tão somente para as situações tensas. De fato, nos processos criminais não se encontram registros que silenciem as desavenças, lutas, agressões, mortes, enfim, violência. Elas estão no centro de todas as situações relatadas. Porém, vale enfatizar que, dependendo do que se pretende apreender nesses documentos, podem os mesmos apontar indícios de outras temáticas. Assim, em determinados momentos de sua obra ocorrem exageros no que toca às relações hostis. Sem o suporte de outras tipologias documentais para aclarar outros aspectos dos comportamentos rurais, a autora naturaliza os momentos de conflito cotidiano.

Um documento histórico não é apenas um papel velho e desgastado preenchido com palavras que nos indicavam a porta que devemos adentrar para revelar o passado, mas, sim, uma construção que versa sobre a problemática que sobre ele levantamos e a crítica que a eles fazemos, exercendo, assim, o nosso ofício e o transformando em monumento, de acordo com Le Goff. Um documento histórico, dessa forma, é impregnado de tensões internas e externas, contendo embates, lutas, pois possui uma finalidade que beneficia grupos específicos no tempo em que foi elaborado. A este respeito, Machado Filho afirma que:

[...] nem por isso devemos assumir uma posição de neutralidade. Romper com o positivismo é compreender que o documento é fruto de uma escolha social, que resulta de uma tensão social, que é permeado por uma intencionalidade, que não compete ao historiador fazer papel de ingênuo e revelar que o documento é falso e verdadeiro ao mesmo

tempo: verdadeiro porque existe e pode ser registrado pelo historiador; falso porque escamoteia; esconde. Por que é síntese de uma tensão que só se revela cotejando com outros registros, com outros documentos-monumentos, que a memória preservou [...] (MACHADO, 2006, p. 172)

Assim, é preciso ressaltar que o entrecruzamento documental é fundamental nas pesquisas historiográficas, e que saber analisar as diversas tipologias torna-se essencial para que nossos estudos ganhem significação.

Em relação ao Pantanal Norte, encontramos nos processos-crime sinais que apontam que, na maioria das vezes, a violência não era exercida. Ao invés disso, comumente os envolvidos tomavam atitudes articuladas com as regras estabelecidas, como as próprias leis oficiais (*direito consuetudinário*). (THOMPSON, 2000, p. 16).

No que tange ao “campo comum”, vemos um processo crime¹³ que nos indica o quanto a marcação de gado tinha um sentido lógico na região. No lugar denominado Arrozal, no distrito de Santo Antônio do rio-Abaixo, comarca de Cuiabá, um criador de “gado vacum e cavalari”, Prudente Gonçalves Gomes de Queiroz, queixou-se contra Pedro de Alencastro Leite de Sá, Francelino Leite de Sá e Antônio Caetano Leite de Sá acusando-os por roubo. Pedro e Francelino eram moradores do lugar denominado Chimbuva e Antônio morador de Mimoso¹⁴. De acordo com o queixoso, tinham desaparecido de seu terreno “17 cavalos - 4 poldros e 13 poldras - em julho de 1894.”

Os depoimentos das testemunhas foram quase idênticos. Evaristo Ferreira Mendes, morador de Arrozal, em Santo Antônio, respondeu que:

[...] sendo morador e vizinho do queixoso Prudente [...], que os animais aludidos na petição da queixa de fato foram desaparecidos dos campos da fazenda e que mais tarde foram visto os animais dos acusados e que não existindo nele ferro de marca a do respectivo criador, acham-se, portanto marcados com o ferro dos acusados, mas que apesar disso ele testemunha os conhece pelas cores dos mesmos¹⁵.

Não é nossa intenção averiguar o ato criminoso, mas identificar os indícios de outros componentes que estavam presentes nas relações sociais do meio rural do Pantanal: a suspeita, o receio e, especialmente, os momentos de tensão. Se nas fazendas

¹³ APMT - Processos Crimes, Fundo: Tribunal de Relações, Cx 36, Dc. 747, 1896. Juízo de Direito de Cuiabá, cx 89, n. 991

¹⁴ Ambas as regiões eram uma das inúmeras localidades do Pantanal Norte, próximos a Barão de Melgaço.

¹⁵ APMT - Processos Crimes, Fundo: Tribunal de Relações, Cx 36, Dc. 747, 1896. Juízo de Direito de Cuiabá, cx 89, n. 991, p. 10.

o roubo de animais poderia ocorrer, o mesmo podia incidir nos “pastos comuns”, de pequenos e médios proprietários.

A marcação dos animais indicava que as “relações de solidariedade” não se encerravam em ligações informais de confiança; ela buscava ajustamento em algo material, visível e palpável. A marca no gado identificava o dono e, simultaneamente, deixava bem claro aos seus vizinhos e parentes que ele tinha uma prova legítima de seu direito e domínio sobre aqueles animais. Quem marcava as “reses” as garantia como sua propriedade.

Essa lógica era compartilhada por todos os grupos que formavam aquele ambiente agrário. A própria testemunha supracitada no documento (processo-crime), nos fornece indícios disso, ao mencionar que os animais desaparecidos não possuíam, na época, nenhuma marca, deixando evidente que não havia nada que comprovasse diretamente o seu desaparecimento. Dois anos após o sumiço, quando foi dado início às investigações, as dezessete “reses” supostamente roubadas tinham a marcação referente dos proprietários acusados.

Dessa forma, para interpretarmos os conflitos internos, precisamos levar em consideração as regras e lógicas dos grupos rurais, pois muitas vezes eles recorriam às forças legais externas para ter tais conflitos solucionados, sem um apelo às atitudes mais radicais. Em muitos processos-crime encontramos situações que eram resolvidas por meio da violência, com o uso de armas, instrumentos agrícolas ou mesmo a agressão corporal¹⁶, mas não as entendemos como situações rotineiras, pois afirmar isso equivale a pensar que os momentos de tensão eram resolvidos normalmente por meio da violência.

Nesse sentido, nos distanciamos da interpretação exposta por Maria Sylvia de Carvalho Franco, pois a análise que ela faz a respeito da violência diária em espaços agrários, é exacerbada, a ponto de ser indicada como uma característica intrínseca dos ambientes rurais. De igual modo, não compartilhamos com a tese a respeito da relação antagônica entre solidariedade e violência. Do nosso ponto de vista, estas duas

¹⁶ Como exemplo, podemos citar a agressão física, no dia 20 de setembro de 1971, cometido pelo desertor José Primo, contra a liberta Guitheria. APMT, Fundo Tribunal de Relações, Cx: 16, ano de 1876, doc. 367. Secretaria de Polícia de Cuiabá. Cx atual nº16, nº 145. Ou, ainda, o caso em que ocorreu uma briga dentro de uma canoa entre dois amigos, quando estes pescavam em uma festa de Santo “Senhor Divino”, no dia 2 de abril, de 1877. APMT, Fundo: Tribunal de Relações, Cx 16, Ano 1878. Subdelegacia de Polícia da Freguesia de Santo Antonio, Cx atual 16, Doc, 147. Poderiam ainda mencionar casos excepcionais que não eram configurados como violência, mas sim como acidente, como ocorreu com Lusa Pinto de Arruda, que estando em sua roça, caiu sobre um faca e veio a falecer. APMT, Fundo: Tribunal de Relação, Cx: 17, ano de 1879. Juiz de Direito da Comarca de Cuiabá, Cx atual: 17, Doc: 159.

concepções, como expressão de posições extremas, não expressam a complexidade das relações sociais nos ambientes rurais. O que propomos é um terceiro caminho que interliga os dois termos antinômicos.

Laços consangüíneos e de parentesco: as práticas rurais e o acesso a terra.

As relações de parentesco entre os “ribeirinhos” constitui outro aspecto interno e complexo, referente ao controle e uso do solo e seus recursos, posto que as ligações consanguíneas que compunham a vivência comunitária não se restringiam à criação bovina. O acesso ao solo se estendia a outros espaços rurais, no que concerne à construção de moradias e outras atividades diárias já mencionadas: criação de animais, agricultura, caça, pesca etc. Os documentos nos possibilitam encontrar certos indícios a esse respeito.

Vejamos o processo-crime em que Anselmo Tolestino de Amorim, trinta e dois anos de idade, é acusado de agredir fisicamente sua mulher, Antonia Maria da Conceição, de vinte e dois anos de idade, no dia dezessete do mês de setembro do ano de 1877, no distrito de Santo Antônio do rio-Abaixo¹⁷, em que confirma o delito, relatando que:

Primeiro, porque havendo ontem deixando a casa de sua sogra sua mulher Antonia Maria da Conceição, enquanto lançava sua rede no rio Cuiabá para abastecer de peixe sua família e a de sua mãe, concluindo que fosse este trabalho, trouxera consigo uma porção de peixe, e antes de chegar à casa tomou a casa de seu compadre e claro dois vinténs de aguardente e designou-se depois para ela, que entrando pelos fundos da mesma viu ao chegar pela sala sua mulher de ombro a ombro em conversa baixa com José Simão de Lara Pinto, aquele mesmo que roubara seu pudor quando virgem e solteira, que não pode suportar essa cena, confrontada com os procedentes expostos, e outro sim de fato que muito o impressionou de instar-lhe sua mulher para levar a casa de sua mãe [...] para levá-la a passeio e para ouvir missa na Freguesia desde que aí chegara o dito Lara, vindo de Corumbá, perderá a razão e no estado de aberração completa dela cometera esse delito de que é erguido.¹⁸

Nesse depoimento, podemos identificar comportamentos que expressavam as práticas, o cotidiano e as relações sociais dos “ribeirinhos”. A primeira é referente à

¹⁷ APMT - Processo Crime, 1877, Doc. nº 360. Juízo de Direito da Segunda Vara da Comarca de Cuiabá. Cx atual nº15, Doc. nº 931

¹⁸ APMT - Processo Crime, 1877, Doc. nº. 360. Juízo de Direito da Segunda Vara da Comarca de Cuiabá. Cx atual nº15, Doc. nº. 931, p. 8.

atividade da pesca, desse morador, praticada para o sustento de sua família e revela sua ligação direta com a água, exprimindo um vínculo estreito com a natureza, através da exploração diária. Outro comportamento presente nesse documento está ligado à relação de proximidade com a vizinhança – o depoente, ao passar na casa de seu compadre e com ele desfrutar da aguardente, traduz a relação rotineira e comunitária nas redondezas. Há que se destacar ainda a religiosidade local, rapidamente mencionada pelo acusado, ao citar a missa frequentada pelo casal, o réu e sua mulher, quando esta era rezada na freguesia. E, por último, é possível identificar as ligações consanguíneas, que discutiremos a seguir.

Desse modo, dando continuidade à análise do processo criminal, podemos perceber que o local onde transcorreu o delito era palco de um conjunto de circunstâncias típicas da cultura rural e local. Referimo-nos, principalmente, aos vínculos familiares, pois na casa da sogra do réu, ao longo dessa situação de tensão, encontravam-se inúmeros parentes. Lá estava Theodora Gonçalves de Magalhães, cunhada do réu, de vinte e quatro anos, solteira¹⁹, que no momento da agressão conversava com a sua prima Leopoldina, de vinte anos, também era solteira²⁰. Havia ainda Maria Gonçalves Bom despacho, setenta anos mais ou menos, que disse “ser avó, por afinidade, do réu Anselmo Tolentino de Amorim”²¹; José Pinto, vinte e sete anos, casado, que “disse ser cunhado do réu Anselmo”²²; Bento Dias de Oliveira, trinta e dois anos de idade, solteiro, que aguardava Custódio José Pinto “para mantear um capado”²³ e Jacinto José de Lauro, quarenta e três anos, casado, que relatou “que as onze horas mais ou menos do dia dezesseis, do corrente, ele testemunha estava na casa de seu vizinho Manoel Francisco, escrevendo uma nota para registro de nascimento de uma criança quando ouviu os gritos”²⁴, no momento em que se dava o “delito”.

Os indícios desse documento, no entanto, são ainda mais significativos quando nos referimos a elementos relativos aos espaços rurais e moradias, pois Antonia Maria da Conceição, mulher do réu, relatou “que foi buscar um copo [...] na casa contígua, de sua avó Maria Gonçalves”²⁵, para fazer guaraná e oferecer ao seu visitante, José Lima de Lara Pinto. Aqui, temos sinais de que a mãe e a avó da mulher do réu moravam

¹⁹ *Idem, ibidem*, p. 27-28

²⁰ *Idem, ibidem*, p. 37

²¹ *Idem, ibidem*, p. 35

²² *Idem, ibidem*, p. 37

²³ APMT - Processo Crime, 1877, Doc. nº. 360. Juízo de Direito da Segunda Vara da Comarca de Cuiabá. Cx atual nº15, Doc. nº. 931, p. 38.

²⁴ *Idem, ibidem*, p. 39-40

²⁵ *Idem, ibidem*, p.34.

próximas uma da outra. Isso pode ser ressaltado, tendo em vista que Custódio Pinto, cunhado do réu, faz menção à mesma moradia, pois no momento de agressão física ele “estava em casa de sua avó, Maria Gonçalves, manteando um capado”²⁶. Esta expressão interna – “mantear um capado” – deve ser entendida como uma prática rural e diária na região, já que se refere ao “desdobramento” de uma peça de carne para salgá-la e levá-la ao sol.

Portanto, a relação dos “ribeirinhos” entre si e com seu ambiente não permeava apenas as atividades rurais, mas também o acesso, o uso e a exploração dos recursos naturais. Essas relações partilhadas em comum podiam ser sentidas rotineiramente, uma vez que contavam com a presença de parentes que construíam suas casas no mesmo território, uns próximos dos outros, em que avós, tios, primos, pais e filhos conviviam, reproduziam e se espacializavam naquele ambiente rural.

Nesse ponto, Peter Burke alerta para as pesquisas que tratam de família e parentesco (BURKE, 2002, p. 79-82) devem ter certo cuidado na definição dos termos, pois dependendo do recorte temporal e espacial o significado e a função da família adquire contornos singulares. A esse respeito, este historiador enfatiza ainda que “a exemplo mais obvio de uma instituição composta de um conjunto de papéis mutuamente dependentes e complementares é, com certeza, a família” (BURKE, 2002, p. 82). Para entendermos a unidade familiar é preciso nos desvencilhar de características que estejam no âmbito residencial, pois a unidade familiar é também uma unidade econômica, jurídica e moral, que inclui envolvimento emocional. Porém, é preciso levar em conta que:

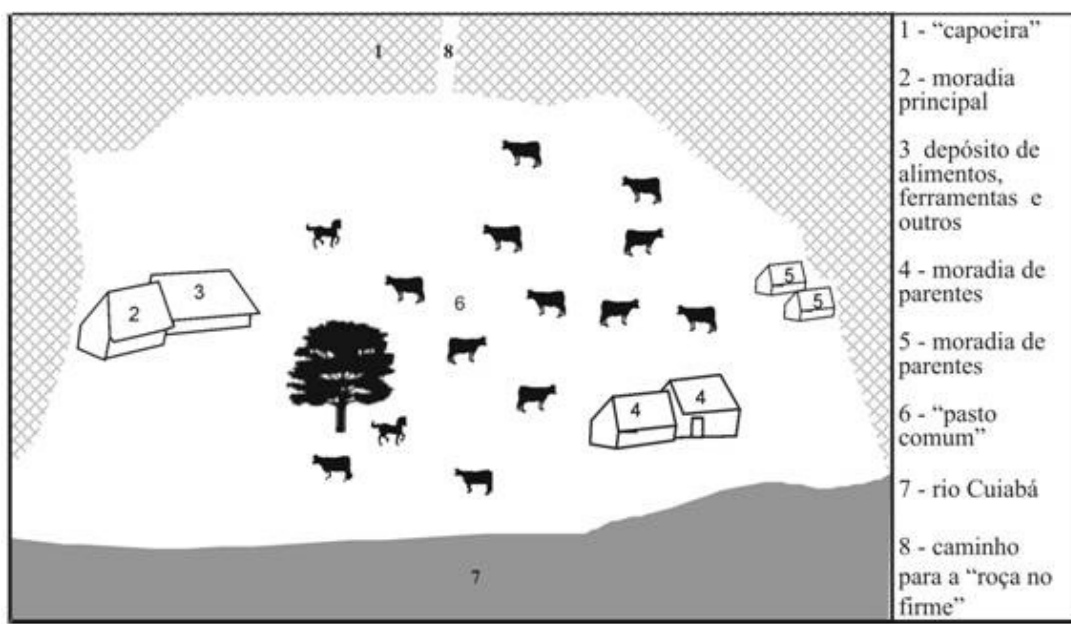
Essa multiplicidade de funções propõe problemas porque as unidades econômicas, emocional, residencial, e outras podem não coincidir. Assim, um índice baseado na co-residência não nos informe sobre o que mais precisamos saber sobre a estrutura familiar (BURKE, 2002, p. 81).

O que essas observações colaboram para esta pesquisa diz respeito ao simples fato de que as relações familiares da região norte pantaneira, têm uma forte correlação com a organização espacial e, conseqüentemente, com a produtividade rural, pois os parentes moradores de domicílios separados, se viam praticamente todos os dias, por

²⁶ *Idem, ibidem*, p. 36

morar perto uns dos outros, ou seja, coexistia um domicílio “conjugal”²⁷ como mentalidade “estendida”, refletindo, inclusive, na própria produção local desenvolvida através dos laços consanguíneos.

Para termos uma noção mais clara a esse respeito, fizemos um croqui, com base no documento iconográfico apresentado anteriormente (Imagem I), que permite analisar não apenas os pastos comuns, fruto das fortes relações de parentesco e vizinhança, mas também a roça que, como discutimos em outro momento deste capítulo, poderia ser compartilhado. O croqui possibilita percebermos parte da dinâmica das práticas agrícolas dos “ribeirinhos”, como a prática de *pousio*, pois uso do descanso da terra era um método costumeiro empregado na agricultura, cuja mata crescida era denominada internamente de “capoeira”²⁸. Nesse sentido, muitas matas que circundavam as moradias locais eram antigas roças que se encontravam em processo de descanso. Uma maneira que os trabalhadores rurais encontravam para terem acesso às pequenas faixas de terras cultivadas, eram os caminhos terrestres abertos sobre a “capoeira” e próximos às suas moradias, como podemos observar logo abaixo²⁹:



²⁷ “Conjugal” é um tipo de família, em que todos os filhos (sexo masculino e feminino) deixam o teto dos pais ao se casarem. (BURKE, 1992, p. 80). No caso do Pantanal, os filhos deixavam de residir na mesma habitação dos pais para morarem em suas redondezas, de tal forma que as atividades produtivas e improdutivas ao serem realizadas, mantinham como um de seus principais quesitos os laços consanguíneos.

²⁸ Termos estes utilizados não apenas pelo estudioso Corrêa Filho, mas também empregado pelos moradores locais nos relatos ou depoimentos dos processos-crimes.

²⁹ Este croqui tem como base um documento iconográfico, mais especificamente, uma foto de Cláudio Bastos Apud RAMOS, Maria de Lourdes F. B. da S. *Um olhar para Cuiabá de Cláudio Bastos (1920-1940)*. Cuiabá, Ed. Buriti, p. 40.

Podemos acrescentar outros elementos que perpassam as relações de parentesco. De acordo com Antônio Cândido, no caso dos caipiras de São Paulo (Cf CANDIDO, 1979), as relações familiares propiciavam a sociabilidade local. Nas palavras do autor:

Esta é a estrutura fundamental da sociabilidade caipira, consistindo no agrupamento de algumas ou muitas famílias, mais ou menos vinculados pelo sentido de localidade, pela convivência, pelas práticas de auxílio mútuo e pelas atividades lúdicas-religiosas. As habitações podem estar próximas uma das outras, sugerindo por vezes um esboço de povoados ralo; e podem estar de tal modo afastadas que o observador muitas vezes não discerne, nas casas isoladas que toca a certo intervalos, na unidade que as congrega (Cf : CANDIDO, 1979, p. 387).

Cândido salienta que um pequeno agrupamento de moradias passou a constituir o chamado povoado, localidade ou bairro - marcado pelos laços consanguíneos. Em muitos deles faziam-se presentes relações de troca e comércio mais amplas, podendo ser comparados à reunião de núcleos familiares que desempenhavam a função de intermediação dos moradores locais com a sociedade externa, ao adquirir essas localidades o formato de uma espécie de centro de abastecimento.

Além das povoações formadas na beira dos rios, também se formaram povoados dentro das grandes propriedades rurais do Pantanal Norte, que computavam a presença de inúmeras famílias de camaradas e agregados.

Enfim, através das discussões e observações feitas no presente artigo é possível apontar a complexidade que envolve o universo rural dos pequenos agricultores livres dos rios navegáveis da região norte pantaneira. Na medida em que mergulhamos nas lógicas locais destes moradores foi permitido vislumbrar certa semiótica de códigos invisíveis e visíveis, que ora se aproximavam, ora se distanciavam das condutas legais prescrita pela sociedade matogrossense. Em outras palavras, as regras locais dos “ribeirinhos” não estavam dissociadas das leis regidas em Mato Grosso, pelo contrário elas se articulavam.

Contudo, era justamente nesta articulação traçadas entre os códigos locais e os códigos oficiais que emergia a singularidade dos “ribeirinhos”, pois esta intercomunicação não adquiria o formato de submissão, mas sim de estratégias, de reinvenções, de ressignificações. Pois os códigos oficiais eram dispositivos recorridos sempre que necessário pelos “ribeirinhos”. O mais interessante foi encontrar fortes indícios de que este era um movimento percorrido por mão dupla, já que o contrário

também acontecia, ou seja, os valores locais também eram conclamados pelos códigos oficiais quando era preciso. Sendo assim, um se articulava com o outro, mesmo que de forma assimétrica.

Referências Bibliográficas

BORGES, A. C. da S. **Nas margens da história: ruralidades e comunidades ribeirinhas no Pantanal Norte**. Cuiabá: UFMT, dissertação de mestrado, 2008.

BOURDIEU, P., “Esboço de uma teoria da prática”. In: **Sociologia**. São Paulo: Ática, 1995, p. 47-81.

BRANDÃO, J. da S., **A história da navegação em Mato Grosso** Ed. Livro mato-grossense, 1991.

BURKE, P., **A escrita da História: Novas Perspectivas**. São Paulo: Ed. Unesp, 1992

CANDIDO, A. **Os parceiros do Rio Bonito**. 5º ed; São Paulo: Livraria Duas Cidades, 1979

CASTRO, M. I. & GALETTI, L. G., “Um Histórico dos Usos da Biodiversidade em Mato Grosso”. In: CASTRO, C. F. de A. **Diagnostico do setor Florestal em Mato Grosso**, Brasília: IBAMA/FUNATURA, 1994.

CERTEAU, M., **A invenção do cotidiano: artes de fazer**. V. 1 3º Ed. Petrópolis: Vozes, 1994.

CERTEAU, M. de. **A escrita da história**. Rio de Janeiro: Forense- Universitária. 2002.

CHARTIER, R., **História Cultural: entre prática e representações**. Ed. Difel: Lisboa, 1990

CORRÊA FILHO, V., **Pantanaís Mato-grossenses: devassamento e ocupação**. Rio de Janeiro: Serviço Gráfico do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, 1946. (Biblioteca Geográfico Brasileiro. Série A: “Livros”, Publicação, v. 3).

FRANCO, M. S. C., **Homens livres na ordem escravocrata**. São Paulo: Fundação Editora UNESP, (Biblioteca básica), 4º Ed., 1997.

GALETTI, L. da S. G., **Nos Confins da Civilização: sertão, fronteira e identidade sobre as representações sobre Mato Grosso**. São Paulo, FFLCH/USP, 2000 (Tese de Doutorado).

GINZBURG, C., **O queijo e os vermes: o cotidiano e as idéias de um moleiro perseguido pela Inquisição.**, 3.ed. São Paulo: Companhia de Letras, 1987.

GINZBURG, C., **Relações de força: história, retórica prova**. São Paulo: Cia das Letras, 2002.

GINZBURG, C., **Mitos, Emblemas, Sinais: morfologia e história**. São Paulo: Cia das Letras, 1989.

GODELIER, M., **Propriedade**. In: Enciclopédia Einaudi. TORINO: EINAUDI, 1986.

GODELIER M., **Antropologia**. Aditora: Ática, São Paulo.

GOMBRICH, E. H., **introducción: objetivos y limites de la iconología**. In: Imagenes simbólicas. Trad. Madrid: Alianza, 1983. (13-48).

KOSSOY, B., **A fotografia como Fonte História: introdução a pesquisa das imagens no passado**. São Paulo, Museu da Industria, Comércio e Tecnologia de São Paulo/SICCT, 1980.

KOSSOY, B., **Origens e expansão das fotografia no Brasil: sec. XIX**. Rio de Janeiro, Funarte, 1980.

LAROUSE, K., **Dicionário Enciclopédico**. Lisboa; Rio de Janeiro; Nova Yorque: Seleções Reader's Digest, s/d.

LE GOFF, J., "Documento/monumento". In: **História e Memória**. 3º Ed. Campinas: Ed. da UNICAMP, 1994.

LEITE, M. M., **Retratos de Família: leitura da fotografia histórica**. E. Ed. São Paulo EDUSP, 2001.

LEVI, G., **A herança imaterial: trajetória de um exorcista no Piemonte do século XVII**. Trad. Cynthia Marques de Oliveira- Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000.

MACHADO FILHO, O., **Ilegalismos e jogos de poder: um crime cérebro em Cuiabá (1872), suas verdades jurídicas e outras histórias policiais**. Cuiabá, MT: Carlini &Caniato: EdUFMT- Editora da Universidade Federal de Mato Grosso, 2006.

RAMOS, M. de L. F. B. da S., **Um olhar para a Cuiabá: de Cláudio e Raimundo Bastos (1920-1940)/ Maria de Lourdes Figueiredo Bastos da Silva Ramos**. Cuiabá: M.L.F.B. da Silva, Cuiabá, MT-História.

RAMOS, A. **Introdução e Antropologia brasileira: As culturas Indígenas**. V. II. Rio de Janeiro, 1943.

REDE, M., "Família e Patrimônio Fundiário: notas para o estudo de economia doméstica na Antiga Mesopotâmia". **História e Economia revista interdisciplinar**. Brazilian Bunnisses School- v. 1, n. 1, (2005)-São Paulo: Terra Comunicação Editorial, 2007.

SILVA, E. P., **O cotidiano dos viajantes nos caminhos fluviais de Mato Grosso (1870-1930)**. Dissertação de Mestrado, UFMT, 2002, p. 54. Aliás existe certa polêmica criada em torno dos rios Cuiabá

SILVA, V. C., da **Um delineamento histórico do controle das práticas de pesca no rio Cuiabá, século XIX e XX**. Monografia de especialização, Universidade Federal de Mato Grosso, Cuiabá, MT, 1996.

SILVA, C. J. da e SILVA, J. A. F., **No Ritmo das Águas do Pantanal mato-grossense**. São Paulo: NUPAUB- Núcleo de Apoio a Pesquisa sobre Populações e Areas Úmidas Brasileiras, 1995.

THOMPSON, E. P., **Costumes em comum: Estudos sobre a cultura popular tradicional**. São Paulo: Cia das Letras, 1998.

THOMPSON, E. P., **Senhores e Caçadores: a origem da lei negra**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

VOLPATO, L. R. R., **Cativos do Sertão: Vida cotidiana e escravidão em Cuiabá em 1850/1888**. Cuiabá: Ed. Marco Zero, 1993.